



Impacto social da acessibilização de conteúdos audiovisuais produzidos no Rio Grande do Sul para atender pessoas com deficiência auditiva e surdos usuários de Libras¹ **Social impact of accessibilization of contents audiovisuals produced in Rio Grande do Sul to include people with disabilities hearing and deaf users of Libras**

Niruana Satie²

Palavras-chave: acessibilidade; audiovisual; leis de fomento à cultura; Libras; surdez.

Nos últimos anos, a discussão sobre acessibilidade tem crescido consideravelmente. De acordo com o IBGE, pelo Censo de 2010, cerca de 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, total ou parcial. Isso representa algo em torno de 45,6 milhões de brasileiros. Desses, quase 10 milhões apresentam algum grau de deficiência auditiva. No Rio Grande do Sul, o número de pessoas com deficiência auditiva passa de 400 mil, havendo surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais – Libras nesse grande grupo. Buscando a plena inserção deste grupo de cidadãos nas atividades rotineiras da sociedade, a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, definiu acessibilidade como:

A possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. Isso

¹ Trabalho apresentado ao II Seminário Internacional de Pesquisas em Mediatização e Processos Sociais. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS – 8 a 12 de abril de 2018.

² Publicitária, especialista em TV e Convergência Digital pela Unisinos. Tem interesse por pesquisas na área de acessibilidade da comunicação, identidades culturais e processos sociais. niruanasatie@gmail.com



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Midiatização** e Processos Sociais

quer dizer que, acessibilidade é tornar algo acessível a todos os públicos, sem distinção (Capítulo I, Art. 2º, Parágrafo I).

Mesmo assim, muitos locais e meios de comunicação ainda não dispõem de recursos de acessibilidade. Apesar de o Rio Grande do Sul ser um estado referência em educação para surdos (SANDER, 2002), contando com mais de 500 escolas e universidades preparadas para receber essas pessoas, raramente são vistos conteúdos audiovisuais adaptados para pessoas com deficiência auditiva e surdos usuários de Libras. Considerando este fator, o objeto de estudo da pesquisa aqui apresentada é o impacto social causado pela acessibilização de conteúdos audiovisuais veiculados no RS para atender pessoas com deficiência auditiva e surdos usuários de Libras.

A relevância deste trabalho se dá pela discussão da acessibilidade no mercado audiovisual gaúcho, já que ele é, atualmente, o terceiro maior polo produtor de conteúdos audiovisuais do Brasil. Além do mais, o setor cinematográfico brasileiro movimentou, em 2015, cerca de R\$ 172 mi. A pesquisa, realizada a partir de observação de resultados dos premiados em editais do Fundo Setorial do Audiovisual, traz uma possibilidade de continuação de pesquisa por meio de entrevistas qualitativa, com níveis exploratório e explicativo. O delineamento destas conversas poderá ocorrer por meio de entrevistas semiestruturadas, por pautas. A amostra proposta deverá ser definida por representatividade, sendo entrevistados informantes-chave das maiores produtoras gaúchas de conteúdos audiovisuais e representantes de associações para pessoas com deficiência auditiva e surdos usuários de Libras.

O objetivo geral deste trabalho é compreender quais os impactos sociais causados em função da acessibilização de conteúdos audiovisuais produzidos no RS e financiados por meio do Fundo Setorial do Audiovisual. Para isso, foram traçados os seguintes objetivos específicos: compreender a acessibilidade como uma ferramenta de inclusão, estudar suas formas de execução, verificar o impacto social e econômico desta mudança; entender como funciona o Fundo Setorial do Audiovisual, principalmente no que tange à acessibilidade; verificar conteúdos audiovisuais produzidos no RS e



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

financiados por meio do Fundo Setorial do Audiovisual; e analisar os comportamentos sociais atuais e como a implementação de novas culturas de inclusão podem afetar esta organização.

Observando os resultados disponíveis no site do Fundo Setorial do Audiovisual, é possível perceber uma crescente no que se refere à investimento. Em 2009, primeiro ano de execução do Fundo, por exemplo, é possível perceber que foram investidos menos de R\$ 25 milhões em produção cinematográfica no Brasil. Já em 2015, último ano de que se tem relatórios fechados, foram disponibilizados mais de R\$ 130 milhões para o fomento à produção cultural audiovisual no país. Vale ressaltar que, no ano de 2012, não houve edital no meio. A importância do destaque destes dados se dá uma vez que, em 2015, é que se inicia o trabalho para a inclusão de deficientes auditivos e surdos usuários de Libras nas produções contempladas pelos editais propostos pelo FSA.

Por outro lado, mesmo com maior investimento na área, o número de projetos inscritos caiu significativamente. No setor cinematográfico, em alguns anos foram registrados mais de 40 obras inscritas. Ao passo que, em 2015, pouco mais de 20 participaram da disputa. Pode-se traçar algumas hipóteses acerca destes dados, mas o mais pertinente seria construir um diálogo com as produtoras participantes com a finalidade de compreender a desistência com o passar dos anos. Já os dados de recuperação do investimento, mostram que, dos 62 projetos nacionais apresentados, totalizando mais de R\$ 45 bi em financiamento público, apenas 9,57% do dinheiro foi recuperado. Esta porcentagem representa pouco menos de R\$ 4,5 mi. Já as produções via distribuidoras, representam 24 projetos que totalizam pouco mais de R\$ 35,6 bi. Nesta modalidade, 60,26% do valor público investido foi recuperado, o que representa um montante de cerca de pouco mais de R\$ 5,2 bi. Nota-se com estes dados que, a distribuição de filmes pode estar sendo feita de forma falha, a ponto de não chegar com eficiência em públicos que contam com deficiências, por exemplo. Outros dados que possam ter relevância para a defesa das hipóteses que serão apresentadas na conclusão, podem ser acessados no Relatório de Gestão do Fundo Setorial do Audiovisual. A



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Midiatização** e Processos Sociais

cartilha marca, entre outras coisas, o lançamento do ano 2 do Programa Brasil de Todas as Telas, que dá continuidade ao maior e mais importante programa de fomento ao setor audiovisual do Brasil. Lançado em julho de 2014, o Programa foi moldado para atuar na expansão do mercado e na universalização do acesso às obras audiovisuais brasileiras.

Apesar das iniciativas do Programa apresentado anteriormente, que visam “estimular o desenvolvimento dos agentes econômicos e promover o acesso de um número cada vez maior de brasileiros aos conteúdos produzidos pelos talentos nacionais”, é possível observar a partir dos dados de resultados financeiros e de número de participantes em editais, que isto não está ocorrendo. Analisando estes dados, ainda foi possível analisar algumas hipóteses que conversam com o objetivo inicial deste artigo que é compreender quais os impactos sociais causados em função da acessibilização de conteúdos audiovisuais produzidos no RS e financiados por meio do Fundo Setorial do Audiovisual. Faz-se necessário ressaltar que as hipóteses que serão apresentadas só poderão ser confirmadas mediante entrevistas de informantes-chave, proposta para a sequência deste trabalho.

A primeira destas hipóteses é de que as produtoras audiovisuais desconhecem dados sobre pessoas com deficiência auditiva e surdos usuários de Libras. Além do mais, elas veem o investimento na acessibilização destes conteúdos como um “gasto”. Isso significa que não há compreensão sobre a importância da execução deste recurso, que é tratado apenas como uma obrigatoriedade. Também é possível considerar que o declínio no número de inscritos nos editais propostos pelo Fundo, apesar do crescente investimento, se deve em função de que pessoas com deficiência auditiva e surdos usuários de Libras podem não ser considerados por não oferecerem um retorno financeiro considerável para os projetos: é importante observar não só as movimentações sociais atuais e como elas afetam a forma como as minorias se movimentam, mas também o retorno financeiro que a inclusão destas minorias pode oferecer. Por outro lado, talvez eles não ofereçam o retorno deste investimento pela falha distribuição destas obras.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

Por fim, este trabalho torna-se apenas um pequeno passo frente o que ainda pode-se estudar dentro da área da produção audiovisual gaúcha no que tange à acessibilidade e propõe uma discussão não apenas sobre a produção cultural do Rio Grande do Sul e brasileira, mas também uma discussão superior sobre as lacunas existentes nos cursos de comunicação, que formam profissionais despreparados para lidar com públicos que possuam deficiências, excluindo assim estas pessoas do grupo de consumidores de conteúdos, como se não houvesse uma responsabilidade moral com a propagação da informação e de conteúdos culturais financiados com recursos públicos. Existir uma legislação que torne obrigatória a inclusão de recursos de acessibilidade é um primeiro passo em direção à igualdade de consumo da informação, mas ainda feita de forma falha uma vez que os profissionais, em sua maioria, não possuem conhecimento técnico adequado nesta área já na graduação e, muitas vezes, não têm noção da dimensão da importância que esta pequena preocupação social pode ter na vida de um grupo tão relevante quanto o de deficientes auditivos e surdos usuários de Libras do Rio Grande do Sul, por exemplo.

Foram estudados os conceitos de acessibilidade, que abrangem deficiência auditiva e surdez; a Língua Brasileira de Sinais, a cultura e comunidade surda; produção audiovisual, que trata fundamentalmente das produções gaúchas e Fundo Setorial do Audiovisual; e representações sociais e culturais. As definições relativas à acessibilidade tiveram por base legislação e documentos brasileiros e internacionais. O estudo sobre acessibilidade de pessoas com deficiência auditiva e surdos usuários de Libras teve como referência Perlin (2010) e Strobel (2008). A seção sobre representações sociais e culturais foi fundamentada nos sociólogos: Bauman (2012) e Santos (2009). Por fim, estudos de comunicação e produções audiovisuais teve por base documentos do Governo Federal e os autores: Shirky (2009) e Jenkins (2008).

Referências bibliográficas



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

ABNT. NBR 9050: Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em 14 abril. 2015.

_____. NBR 15290: Acessibilidade em comunicação na televisão. 2005. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_17.pdf>. Acesso em 10 mar. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. 44 cartas do mundo líquido moderno. São Paulo: Zahar, 2011.

_____. A cultura no mundo líquido moderno. São Paulo: Zahar, 2013.

_____. Amor líquido. São Paulo: Zahar, 2003.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Acessibilidade e desenho universal: conceitos, tendências e desafios. Disponível em: <http://www.confea.org.br/media/palestra_acessibilidade_sergiopaulodasilveira.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

_____. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/node/521>>. Acesso em 10 mar. 2015.

_____. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em 28 abril. 2015.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 10 mar. 2015.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Capítulo I, Art. 2º, Parágrafo I.



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm>. Acesso em 27 mar. 2015.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e dá outras providências. Art. 1º, Parágrafo único. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em 27 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação. O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília, 2004. 94p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorLibras.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2015.

_____. Secretaria de Infraestrutura. Saiba como ter acesso à audiodescrição na sua televisão. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2013/10/saiba-como-ter-acesso-a-audiodescricao-na-sua-televisao>>. Acesso em 14 abril. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Promoções dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comunicação: propostas aprovadas. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/node/521>>. Acesso em 10 mar. 2015.

CHAGAS, Maria Vilma Silva das; LEÃO, Nayane Layse Lima. Exclusão de deficientes auditivos no consumo da informação. Maceió: Centro Universitário CESMAC, 2013. 31p. Monografia – Curso de Comunicação Social – Jornalismo, Alagoas, 2013.

FADERS – Federação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PcD e PcAH no RS. Decreto Estadual nº 48.964, de 30 de março de 2012. Instituiu o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/5/459>>. Acesso em 28 abril. 2015.

FERGUSON, Niall. A ascensão do dinheiro: a história financeira do mundo. São Paulo: 2008.

FERNANDES, Eulália. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da língua portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p.

FROMM, Erich. O medo à liberdade. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

IMPLANTE COCLEAR. O que é implante coclear? Disponível em: <<http://www.implantecoclear.com.br/>>. Acesso em 10 mar. 2015.

INDUSTRIAL NOISE CONTROL. Comparative examples of noise levels. Disponível em: <<http://www.industrialnoisecontrol.com/comparative-noise-examples.htm>>. Acesso em 27 mar. 2015.

INSTITUTO NACIONAL para a reabilitação. Conceito europeu de acessibilidade. 2003. Disponível em: <<http://www.inr.pt/download.php?filename=18++Conceito+Europeu+de+Acessibilidade+%3A+manual+de+assist%EAncia+t%E9cnica&file=%2Fuploads%2Fdocs%2FEdicoes%2FCadernos%2FCaderno018.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2008.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. São Paulo: EDUSC, 2001.

LAZZAROTTO, Gisley Romanzini; ROSSI, Janete Schaeffer. Comunicação, Gestalt e Behaviorismo. In GUARESCHI, Pedrinho. Comunicação e controle social. 1.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2003.

LIBRAS. A língua de sinais da tribo Urubu-Kaapor. Disponível em: <<http://www.Libras.com.br/urubu-kaapor>>. Acesso em 10 mar. 2015.

LODI, A.C.B; HARRISON, K.M.P; CAMPOS, S.R; TESKE, O. (Org.). Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

MARCOS, M. L. Comunicação vs Informação: Comunicação e comunicabilidade. In. FAUSTO NETTO, A.; PINTO, M. J.(org.). O Indivíduo e as mídias: ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, RJ: Diadorim, 1996. P. 147-162.



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, Ronice Müller de. History of SignWriting. Disponível em <<http://www.signwriting.org/library/history/hist010.html>>. Acesso em 30 mar. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. 2009.

_____. Democracia, direitos humanos e globalização. 2009.

_____. Pensamientos y poderes: la construcción de horizontes civilizatorios. México: Universidad Iberoamericana Pueblo: 2013.

SÃO PAULO, Governo de. Políticas Públicas de Cultura. São Paulo, 2016.

SHIRKY, Clay. A cultura da participação. São Paulo: Zahar, 2010.

SMITH, Deborah Deutsch. Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão. Trad. Sandra Moreira de Carvalho. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

SURDOLIMPIADAS. Apresentação. 2013. Disponível em: <<https://surdolimpiadas.wordpress.com/author/surdolimpiadas/>>. Acesso em 30 mar. 2015.